APM

Série: 11.3-d 5

Cx: 01

Doc: 73

1973/07/24

02 páginas escritas

3ª via

Belo Horizonte, 24 de julho de 1973.

Ex.mo Sr. Dr.
Luís Almeida
Secretaria do Governo
Capital

Devo ir ao Rio, amanhã, para providenciar junto ao Conselho Federal de Cultura a 2ª prorrogação do prazo para prestação de contas do Arquivo Público Mineiro da quantia de Cr$60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), recebida em setembro de 1972.

Solicitei, em 22 de maio, para a sua programação de 1973 que nos concedesse a verba de Cr$600.000,00 (seisdentos mil cruzeiros) em duas parcelas para terminar o prédio, cuja construção, iniciada em 1968, está paralizada há dois anos, com a estrutura de cimento armado e cobertura já prontas.

Devo esclarecer que o recebimento desta verba está condicionado à prestação de contas acima referida, de 60 mil cruzeiros.

Seja-me lícito ponderar que as verbas da programação acima mencionadas, perfazem 660.000,00 cruzeiros e que o Arquivo Público Mineiro está ameaçado de perdê-las, e que dariam com folga para terminar o edifício, de acordo com o orçamento feito de 608 mil cruzeiros por ordem do Senhor Governador, segundo me informou o Sr. Luciano Amedée Peret, diretor do I.E.P.H.A.-M.G.

Peço-lhe que dê conhecimento ao Senhor Governador da minha carta, que não foi possível ao "Estado de Minas" publicar dada a circunstância de me haver referido explicitamente ao Sr. Waldemar de Almeida Barbosa, do Serviço de Relações Públicas do Banco Mercantil, por razões óbvias. Nesta carta eu me defendia de uma campanha iniciada contra mim pelo Sr. José Seixas Sobrinho, funcionário do I.E.P.H.A.-M.G.,(entidade vinculada ao Governo), no "Estado de Minas" de 27 de abril último e se estendeu até 9 de maio, na revista "Veja", com todo o aparato das campanhas sensacionalistas dirigidas.

Tomei a liberdade de juntá-la numa cópia-xerox para que fosse presente ao Sr. Governador. Nessa carta eu me refiro a uma visita que o então secretário Rondon Pacheco fez ao A.P.M. em que declarou ao mesmo "Estado de Minas" as suas impres-

sões e que a solução devia começar pelo prédio. Era a primeira vez que um Secretário de Estado visitava a velha casa de Xavier da Veiga.

Para finalizar peço suas urgentes providências junto do Engenheiro Luciano Amedée Peret, diretor do I.E.P.H.A.-M.G. que é o órgão designado pela Resolução nº 1, de 10 de março de 1973 dando-lhe "competência para tomar as providências necessárias ao prosseguimento das obras de construção do Anexo e restauração do prédio do Arquivo Público Mineiro."

No mais tardar até 30 de agosto próximo tenho necessidade de ter em mãos "a comprovação específica da importância recebida mediante recibos e notas fiscais em três (3) vias, assinadas na forma da Lei (para levá-la ao Rio), à Secretaria Geral do Conselho Federal de Cultura, que as encaminhará à Inspetoria Geral de Finanças do Ministério de Educação e Cultura", como consta do convênio assinado, em 13 de março de 1972.

Referi-me a 30 de agosto para que possa entrar na pauta dos trabalhos da sessão do Conselho que vai se reunir nos primeiros dias de setembro.

Pela acolhida que for dispensada ao que acabo de solicitar, receba meus atenciosos agradecimentos.

- João Gomes Teixeira -